



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

1

LIDO
Em 17/04/02
Assessoria de Plenário

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 35ª
(TRIGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**

EM 26 DE MARÇO DE 2002.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Gim e João de Deus.

SECRETARIA: Deputados João Carlos, Wasny de Roure e José Edmar.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 17 horas e 16 minutos.

TÉRMINO: 19 horas e 50 minutos.



**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL**

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado João de Deus):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.2 - COMUNICADOS DA MESA

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 785, de 2002**, de autoria do Deputado Chico Floresta.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 786, de 2002**, de autoria do Deputado José Lopes.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

3

PDL 785/2002

Lido EM
26/03/02
Maurício

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 785, DE 2002

(Autor: Deputado Distrital **CHICO FLORESTA**)

Ao Protocolo Legislativo para registro a em seguida,
à Assessoria de Planário, *Maurício* Concede o título de Cidadão Honorário de

Edmar Pinheiro Brasília ao Senhor Fábio José Feldmann.

Assessoria de Planário

A CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Fábio José Feldmann.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Fábio José Feldmann é Advogado, formado pela USP (1975-1979) e Administrador de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas (1974-1977). Filho de Jorge Feldmann e Sara Feldmann, nasceu em São Paulo no dia 14 de maio de 1955. Possui especialização em Direito Ecológico, pela Associação dos Advogados de São Paulo (1979) e Mestrado em Direito Comparado, pela USP (1980).

Feldmann foi Deputado Federal (Constituinte) - 1987-1991, pelo PMDB/SP, reeleito para a legislatura seguinte (1991-1995), desta vez pelo PSDB.

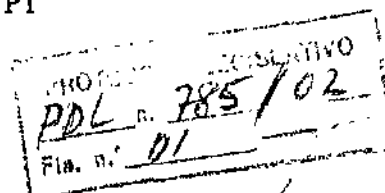
Durante sua atividade parlamentar, ocupou vários cargos em comissões e subcomissões, com destaque para sua atuação como Presidente e membro titular da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara Federal, tendo uma atuação firme e voltada para a preservação de nossos recursos naturais.

Recebeu o Prêmio Global 500, da Organização das Nações Unidas. Presidente da OIKOS - União dos Defensores da Terra, entidade ecológica de São Paulo e Coordenador da Subcomissão de Meio Ambiente da Comissão de Direitos Humanos da OBB/SP, exercendo, ainda diversas atividades, principalmente voltadas para a defesa do meio ambiente.

A carreira, o trabalho, a competência e a história de vida de Fábio Feldmam são motivos de orgulho para nós, brasilienses, razão pela qual conclamo os nobres pares a votar pela aprovação da presente proposição.

Sala da Sessões, em de de 2002.

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital - PT





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º PDL 786/2002

(Do Deputado José Lopes)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,

a Assessoria do Plenário

João Pinheiro
Presidente da Associação de Juristas

Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor **MÁRCIO EDVANDRO ROCHA MACHADO**.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Márcio Edvandro Rocha Machado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Senhor Márcio Edvandro Rocha Machado é natural de Cordisburgo - GO,

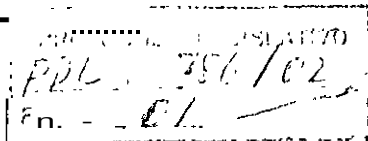
É formado em engenharia civil, com especialidade em engenharia de transporte e engenharia de produção e perfuração de petróleo pela PETROBRÁS.

Reside em Brasília desde 1980. Foi membro fundador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE/DF. No período de 1992/1994 foi diretor da Associação Brasiliense de Construtores; DE 1994/1997 foi Vice-Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do DF - SINDUSCON/DF; Presidente da Comissão da Indústria Imobiliária do SINDUSCON/DF - 1994/1997; membro do Conselho Temático do Comércio Exterior da FIBRA - 1995/1997; Presidente do SINDUSCON/DF no período de 1999/2001.

É membro do Conselho de Habitação do DF - CONHAB/DF e do Fórum da Competitividade da Cadeia Produtiva da Indústria da Construção Civil do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior.

É Presidente do Conselho Consultivo do Serviço Social do DF - SECONDI/DF - 1999-2003, entidade privada de utilidade pública que presta serviço social, totalmente gratuito, nas áreas odontológica, médica, educação, alfabetização e ensino fundamental. No ano de 2001 foram feitos 38 mil atendimentos odontológicos; 17.600 atendimentos médicos e 950 alfabetizados e com conclusão do ensino fundamental.

É Presidente reeleito do SINDUSCON/DF para o período da 2001/2003.

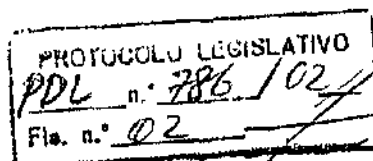


**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Por tudo o que Márcio Edvandro já realizou em prol do desenvolvimento económico do Distrito Federal, nada mais justa a presente homenagem.

Sala das Sessões, em


DEPUTADO JOSE LOPES





CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

2 - ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação do **veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 1.532, de 2001**, de autoria dos Deputados Anilcéia Machado e Paulo Tadeu, que "Dispõe sobre a Feira Modelo de Sobradinho". **REJEITADO** com 20 votos contrários. Houve 4 ausências.

(2º) **ITEM 24:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 2.854, de 2002**, de autoria do Executivo local, que "Altera o valor do vencimento básico das carreiras que menciona e dá outras providências".

- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado César Lacerda, acatando a emenda nº 1 e rejeitando as emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6 e 7. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes). Houve 4 votos contrários.

- Parecer favorável do relator da CAS, Deputado José Edmar, nos termos do parecer da CEOF. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes). Houve 6 votos contrários.

- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Rajão, nos termos do parecer da CEOF. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes). Houve 6 votos contrários.

- Votação do **projeto** em 1º turno. **APROVADO** com 13 votos favoráveis e 7 abstenções. Houve 4 ausências.



7

4

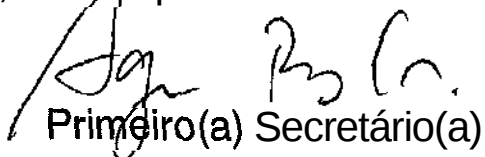
CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Gim):

- Convoca os deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.


Primeiro(a) Secretário(a)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Há número regimental. Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Item nº 1:

"Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 1.532, de 2001, de autoria dos Paulo Tadeu e Anilcéia Machado, que 'dispõe sobre a feira modelo de Sobradinho'.

Relator: Deputado - CCJ"

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Rajão, que indique relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RAJÃO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Com a palavra o Deputado Rajão para apresentar o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Para apresentar relatório.) - Sr. Presidente, passo a ler os motivos de veto elencados pelo Governador Joaquim Roriz;

154882
99641808

Legislativo para registro e, em seguida, para a Assessoria d. Plenário.

Em 26/02/2002

Assessoria d. Plenário

MENSAGEM
Nº 101 /2002/GAG

Brasília, 15 de Fevereiro 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Dirijo-me a Vossa Excelência e a seus ilustres pares, para comunicar **que**, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 1532/2001, que "Dispõe sobre a Feira Modelo de **Sobradinho**", pelos seguintes

* Amândio

MOTIVOS DE VETO

Em que pese a ~~elevada motivação do legislador~~ distrital, referido projeto de lei complementar não merece **prosperar, vez que** apresenta diversos defeitos de índole constitucional, conforme demonstrado a seguir.

É sabido que, por força dos arts. 316, 317 e 319 da Lei Orgânica do Distrito Federal, os planos **diretores** de ordenamento territorial e locais constituem os instrumentos básicos da política de ordenamento territorial e de **desenvolvimento** urbano no Distrito Federal.

Nos termos dos arts. 320 e 321 do mesmo diploma legal, "é atribuição do Poder Executivo conduzir, no âmbito do processo de planejamento do Distrito Federal, as bases de discussão e de elaboração dos planos diretores de ordenamento territorial e locais, bem como sua implementação", permitidas modificações nesses planos, em prazos diferentes dos estabelecidos, apenas, "**por** motivos excepcionais e por interesse público comprovado" (art. 320, da LODEF).

À Sua Excelência o Senhor
Deputado **GIMARGELLO**
DD Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

Dessa forma, toda e qualquer mudança no uso, ocupação ou destinação do solo, bem como a desafetação, ampliação e agregação de área devem respeitar estudos realizados pelo Executivo, por meio de seus órgãos técnicos, sem perder de vista os delineamentos já fixados em PDOT já existente.

Ao estabelecer, de modo pontual, normas sobre a destinação de uso e a agregação de lotes urbanos, o projeto de lei desvirtua o **princípio constitucional do planejamento urbanístico via elaboração prévia de plano diretor** (CF, art. 182; LODF, art. 314 e 316 e ss.) e suprime a competência do Executivo para conduzir as bases de elaboração das diretrizes de ordenamento territorial, agredindo, pois, toda a coletividade.

Inexistindo, na hipótese, comprovação de interesse público extraordinário que justifique excepcioná-la das regras constitucionais aplicáveis à espécie, e não tendo sido observadas as exigências formais de tramitação das propostas atinentes ao ordenamento do território, sobretudo a participação do Executivo, por intermédio dos seus órgãos habilitados, e a audiência à população interessada, patente revela-se a **inconstitucionalidade** da proposição legislativa comentada.

Também importantes para a presente análise são as disposições do art. 51, § 2º, da LODF, onde se lê, *verbis*:

"Art. 51.

§ 2º A desafetação, por lei específica, só será admitida em caso de comprovado interesse público, após ampla audiência à população interessada.

Pela clareza desses dispositivos, vê-se que a desafetação, por lei **específica**, só será admitida **em caso de comprovado interesse público**, a ser declarado, igualmente, pelo Executivo, **APÓS** ampla audiência à população interessada. Vale dizer, a consulta popular deve ocorrer **previamente ao ato que promove a desafetação** - a lei específica - não sendo cabível inverter a ordem das etapas, condicionando a eficácia da lei à realização da audiência e à comprovação do interesse público. O projeto de lei, que prevê a desafetação de área pública para incorporá-la a terreno contíguo, não observou essas prescrições e, também por essa razão, deve ser considerado inconstitucional.

Não bastassem tais fatos, em conformidade com o art. 52 da LODF, "cabe ao Poder Executivo a administração dos bens do Distrito Federal.

ressalvado à Câmara Legislativa administrar aqueles utilizados em seus serviços e sob sua guarda".

Assim, compete ao Executivo, PRIVATIVAMENTE, no exercício da função administrar que lhe confere a Constituição, **decidir**, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade e observadas as normas e princípios da legislação **aplicável**, sobre as matérias relativas à administração de bens do domínio público.

Frise-se que, na **atividade** de administração desses bens, estão compreendidas não apenas questões de manutenção, mas também, e principalmente, decisões relativas à sua destinação, **notadamente** se devem ou não permanecer afetados a determinado **fim** público, ou se, ao contrário, devem ser desafetados -, haja vista não serem úteis ou necessários a uma finalidade de interesse público.

Nesse sentido, não há dúvidas de que os projetos de lei que disponham sobre a desafetação e a destinação de bens do Distrito Federal só podem ser de iniciativa do Executivo, a que incumbem os poderes de administração acerca desses bens, sob pena de usurpar, o Legislativo distrital, a **competência** administrativa em comento, o que atentaria **diretamente** contra o falado art. 52 da Lei Orgânica e, também, contra o princípio da separação e independência dos Poderes, previsto no art. 53, *caput*, da mesma Lei, nos seguintes termos:

"Art. 53. São Poderes do Distrito Federal, independentes e harmônicos entre si, o Executivo e o Legislativo."

Sendo assim, referido projeto de lei, que propõe a desafetação e dispõe sobre a destinação de área **pública**, autorizando a sua utilização por particulares mediante **instrumento** que define - pois a área "desafetada e incorporada **seria destinada** ao uso de feira livre e **cedida** por meio de permissão de uso a particulares determinados -, revela-se, sem sombra de dúvida, inconstitucional, eis que invade **competência própria** do Executivo, que, como administrador desses bens, é o único que pode decidir sobre as questões da espécie, observada a legislação aplicável.

Diga-se, a propósito, que a alienação e a utilização privativa de bens públicos, em qualquer de suas modalidades, obedecem a exigências legais que visam a preservação do interesse público, do qual o Estado é guardião, intérprete e realizador. Essas formalidades dão transparência ao ato de disposição do bem, prevenindo a sua colocação no comércio jurídico em condições lesivas ao interesse coletivo. Isso acontece em decorrência do princípio da **indisponibilidade do interesse público**, segundo o qual os interesses qualificados como próprios da coletividade não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. Ou seja, o próprio órgão administrativo que os

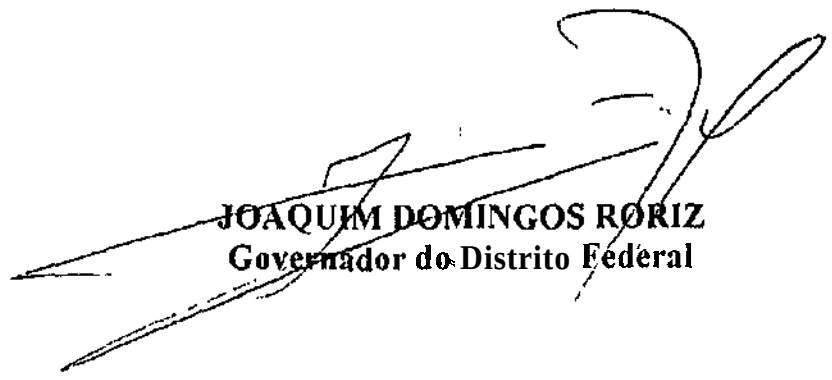
representa não ~~tem~~ disponibilidade sobre eles, no sentido de *que* lhe incumbe apenas preservá-los - o que também é um dever - na estrita conformidade do que dispuser a lei.

Por isso, as pessoas administrativas que representam o Poder Executivo não têm livre disponibilidade sobre os bens do patrimônio público confiados à sua guarda, só podendo aliená-los ou cedê-los a particulares na forma e nos casos previstos em lei, condicionado sempre à existência de interesse público **fundamentado**, a ser proclamado pelo Executivo, a que cabe, como administrador desses bens, avaliar as hipóteses suscetíveis de serem assim declaradas.

E, como foi *dito*, com observância das regras e *princípios* da legislação *aplicável*, sobretudo a pertinente à licitação, ignorada *in casu* pelo legislador, que definiu de antemão os beneficiários da lei, independentemente da realização de qualquer procedimento seletivo.

Ante as *razões* expostas, comunico a Vossa Excelência o **veto total** ao Projeto de Lei Complementar nº 1532/2001, com fulcro nos arts. 51, § 2ª, 52, 314 e 316 a 321, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal, pugnando por sua manutenção por essa Egrégia Casa Legislativa.

Na oportunidade, reafirmo a Vossa Excelência e a seus ilustres pares meus protestos de respeito e consideração.



JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA £	2

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Em discussão.

(Pausa.)

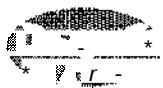
Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveito a discussão do veto para agradecer ao Líder do Governo nesta Casa, Deputado Benício, ao Deputado João de Deus, que ora conduz os trabalhos desta sessão, e aos Deputados Gim Argello, João Carlos e Silvio Linhares.

Este é um momento histórico para a comunidade de Sobradinho, porque estamos diante da aprovação de um projeto que, há anos, é esperado, por esta comunidade, com ansiedade, pois, em seu texto, prevê a criação de uma feira modelo de qualidade, que ajudará tanto à população e aos feirantes.

Há um acordo firmado entre os Líderes, os Deputados da base do Governo e o próprio Governo para que esse veto seja derrubado e, a partir disso, poderemos construir, de maneira efetiva, com a arrecadação das verbas necessárias, a feira de Sobradinho. Com a autorização do correto funcionamento dessa feira estaremos atendendo ao anseio da população de Sobradinho, bem como ao de todos os feirantes presentes.

Sr. Presidente, neste momento, conclamo todos os Parlamentares para que votemos de maneira aberta, porque esta é uma situação histórica para a cidade de Sobradinho em que se estará proporcionado, por meio de um acordo político, o funcionamento da feira modelo, um dos locais daquela cidade que, há 32 anos, aguardam por uma reforma.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 7	3

Parabenizo todos os feirantes na pessoa do Sr. Adailson, administrador da associação dos feirantes.

Parabéns a todos pela luta desenvolvida com a finalidade de se criar uma feira moderna e de qualidade para a sociedade e para a população de Sobradinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, feirantes de Sobradinho, Deputado Paulo Tadeu, cumprimento-os todos, assim como à Deputada Anilcéia Machado, mesmo ela estando ausente.

Cumprimento os autores da proposição que recebeu este veto, objeto da nossa apreciação no dia de hoje. A situação do desemprego no País impôs, para a sociedade, a busca de alternativas, que, na verdade, ela vem construindo de maneira voluntária.

A feira foi uma solução que esta população encontrou o para o problema do desemprego. O desempregado não deixou de ser cidadão, o desempregado quer ser um microempresário, quer ser respeitado e visto, pelas autoridades, na luta pela construção do seu projeto de cidadania. Esta feira, em Sobradinho, é um projeto de cidadania. Esta feira é uma conquista daqueles que têm sido submetidos a uma situação de constrangimento, seja sob sol, sob chuva, mas que têm esperado na certeza de que aquele projeto consolidará uma alternativa de negócio, uma alternativa de emprego na cidade de Sobradinho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	4

Quero parabenizar esses empreendedores, porque esses companheiros, que têm sido alijados, marginalizados, desrespeitados, de maneira organizada vieram a esta Casa para ver derrubado o veto apostado ao projeto de seu interesse e para ver a sua luta consolidada. Tenham o nosso apoio, não apenas na votação da derrubada do veto, mas, sobretudo, para que vocês transformem aquela feira em um shopping para Sobradinho. Não apenas os grandes medalhões do mercado, mas os miúdos, os pequenos, os desrespeitados merecem ser respeitados. E o shopping popular, em Sobradinho, será uma alternativa de emprego e tem o nosso apoio.

Parabéns, Deputado Paulo Tadeu, pela sua luta e pelo seu compromisso com os feirantes de Sobradinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Rajão.

DEPUTADO RAJÃO (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa presente, funcionários da Casa, galeria presente, li, ainda há pouco, o veto do Sr. Governador. O Governador Roriz recentemente aprovou um projeto de lei em que fui co-autor, juntamente com o Deputado Daniel Marques: o Primeiro Emprego, projeto destinado a atender jovens de 16 a 24 anos, visando conceder-lhes a primeira oportunidade de trabalho. O governo dará a essas pessoas R\$ 90,00 (noventa reais) e a empregador assume o restante.

Agora estamos apreciando um veto a um projeto que trata de quem não tem emprego e está trabalhando na feira. Eu já fui feirante também. Eu assumo, com os senhores, o compromisso de que irei ajudar na derrubada deste veto do Governador. Tenho certeza de que o Governador

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA- DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 9 1	5

quer lutar por todos os senhores e senhoras porque essa feita é o meio de sobrevivência de todos vocês.

Cumprimento o Deputado Paulo Tadeu, a Deputada Anilcéia Machado e os moradores de Sobradinho.

Essa é uma feira modelo, que tem de crescer, e os senhores precisam da manutenção do seus empregos. Estarei votando, com todos, pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Prezados amigos e amigas de Sobradinho, prezado Deputado Paulo Tadeu, a quem cumprimento pelo projeto apresentado pois trata de uma feira que certamente contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Sobradinho, proporcionando melhores condições de trabalho para este povo que nos visita hoje.

Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. já está agindo como Deputado governista que apoia o futuro Governador de Brasília, porque está facilitando ao propor um projeto importante para a população de Brasília.

Como candidato a Governador e, provavelmente - escrevam o que vou dizer -, futuro Governador de Brasília, eu não apenas apoio inteiramente o projeto de V.Exa., Deputado Paulo Tadeu, como tenho convicção de que esse trabalho em defesa da população de Sobradinho o fará um dos Deputados Distritais mais votados nesta cidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 10	6

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando fui membro da Comissão de Assuntos Fundiários, fui designado pelo nobre Deputado José Edmar a Relator do Plano Diretor de Propaganda e Publicidade, por isso eu gostaria de solicitar a V.Exa. a inclusão desse relatório nos Anais desta Casa. Como não estou mais na referida Comissão, eu gostaria de deixar meu trabalho naquela Comissão consignado nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT, Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros da feira de Sobradinho, esse projeto cujo veto vamos derrubar, com certeza, é um projeto bom, justo e atende a cidade de Sobradinho. Por diversas vezes estive naquela feira, inclusive como Secretário de Meio Ambiente, quando fizemos um mutirão de limpeza, colocamos lixeira e realizamos uma série de melhorias naquele local. Com esse projeto, com certeza, vocês vão trabalhar com mais tranquilidade e poderão prestar um excelente serviço à cidade de Sobradinho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA í (	7

Parabéns a vocês, ao Deputado Paulo Tadeu e à Deputada Anilcéia Machado. Essa parceria que fizemos é uma parceria pelo bem da cidade de Sobradinho. O Deputado Paulo Tadeu, nosso companheiro de bancada, encaminhou essa solução, que foi fundamental para vocês saírem com essa vitória hoje.

Temos certeza de que vamos sair com outras vitórias daqui hoje. Estamos trabalhando pela emenda ao projeto dos companheiros da Saúde e temos muita fé de que vocês vão sair daqui com a vitória. Vamos aguardar que as negociações continuem o seu curso.

Parabéns, companheiros de Sobradinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, galeria, quero fazer um registro sobre a apreciação desse veto. Quero fazer um elogio rasgado ao meu companheiro Paulo Tadeu, que é um Deputado que, por Sobradinho, faz qualquer coisa. S.Exa. apresenta o projeto e convence todos os Deputados a votar pelo interesse da população de Sobradinho. Por isso, nós do PT temos muito orgulho de ter o Deputado Paulo Tadeu como Deputado pelo Partido dos Trabalhadores. S.Exa. é jovem, mas luta e apresenta a sua cara. Vocês de Sobradinho conhecem esse jovem morador daquela cidade.

Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores vamos votar com o Deputado Paulo Tadeu para que esse projeto seja implantado em Sobradinho. A feira é mais que feira, a feira será o shopping de Sobradinho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 12	8

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Com a palavra o nobre Deputado João Carlos do Partido Progressista Brasileiro de Sobradinho.

DEPUTADO JOÃO CARLOS (PPB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, comunico a todos e à Deputada Maninha que também faço qualquer coisa pelo povo de Sobradinho. Não só para o povo de Sobradinho, mas por todo o povo do Distrito Federal, inclusive, estão aqui os servidores públicos por quem tanto tenho lutado.

Parabenizo também o Deputado Paulo Tadeu, que teve essa brilhante ideia de fazer esse projeto, que é uma tentativa de dar mais dignidade a todos vocês. S.Exa. sabe que terá sempre o meu apoio quando diz respeito a trazer melhorias para toda a nossa comunidade.

Por isso, tenham certeza de que irei votar favoravelmente ao projeto que é de interesse de todos vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Deputado Paulo Tadeu!

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT. Sem revisão da oradora.) - Deputado João Carlos, temos orgulho de tê-lo aqui como Deputado. Eu apenas estava me referindo ao projeto de autoria do nobre Deputado Paulo Tadeu, mas o Deputado João de Deus disse aqui que tem orgulho de tê-lo na sua bancada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Muito obrigado, Deputada Maninha.

Concedo palavra o nobre Deputado Alírio Neto, Líder do Partido Popular Socialista.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta Tribuna para manifestar primeiramente os meus parabéns à iniciativa do Deputado Paulo Tadeu. S.Exa - já disse isto pessoalmente e digo publicamente - conquistou a minha admiração pelo trabalho brilhante que faz em defesa de Brasília. Não só em defesa de Sobradinho, mas em defesa de Brasília.

Por isso, Deputado Paulo Tadeu juntamente com toda a cidade de Sobradinho podem contar sempre com o meu apoio aqui nesta Casa assim como tenho certeza de que podem contar também com todos os Deputados.

Eu não poderia deixar de falar do Deputado João Carlos porque tenho observado a participação tanto de V.Exa., Deputado Paulo Tadeu, quanto do Deputado João Carlos em defesa daquela cidade.

Esse é o meu testemunho. Tenho certeza de que não só a Deputada Anilcéia Machado, mas todos os Parlamentares desta Casa têm defendido a cidade de Sobradinho, como é o caso dos Deputados Wasny, Nijed Zakhour, José Santos e eu mesmo. Tenho certeza de que iremos derrubar esse veto aqui junto com V.Exa. e os outros Deputados dessa referida cidade.

Assinado

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Quero cumprimentar a todos e registrar a presença do meu amigo Dr. Rossi,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 14	10

Presidente do Sindicato dos Médicos, que está aqui presente e dizer a todos vocês que a cidade de Sobradinho é uma das mais inteligentes do Distrito Federal, porque tem dois Deputados e uma Deputada que é a Anilcéia Machado.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua **rejeição**, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Antes, porém, quero explicar a vocês que o voto "não" é o voto contra o veto, ou seja, é a favor de vocês e o voto "sim" é a favor do Governador e contra vocês.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Convido o Deputado João Carlos a servir como escrutinador. (Pausa.)

(Abertura da urna e contagem dos envelopes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Foram encontrados 20 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	n ^s	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA		11

(Procede-se à apuração.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

16

☐ SESSÃO ORDINÁRIA ☒ SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
☒ VETO REJEITADO ☐ VETO MANTIDO DATA: 26/10/2002

VETO(s) () PARCIAL (s) ☒ TOTAL ao(s) _____

PROJETO DE LEI Complementar Nº(s) 1532/01

Autor: Deputado (a) Américo Machado () Poder Executivo e Ponto Tadeu
Relator: Deputado (a) Wilson Lima

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE
DEPUTADO ALIRIO NETO - PPS	X	
DEPUTADO BENICIO TAVARES - PTB	X	
DEPUTADO CESAR LACERDA - PTB	X	
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT	X	
DEPUTADO ILTON MENDES-PL		X
DEPUTADO JOAO CARLOS - PPB	X	
DEPUTADO JOAO DE DEUS - PPB	X	
DEPUTADO JORGE CAUHY - PFL		X
DEPUTADO JOSE EDMAR - PMDB	X	
DEPUTADO JOSE LOPES - PST	X	
DEPUTADO JOSE SANTOS - PFL	X	
DEPUTADO JOSE TATICO - PSD		X
DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - PMDB	X	
DEPUTADA LUCIA CARVALHO - PT	X	
DEPUTADA MANINHA - PT	X	
DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - PMDB	X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	X	
DEPUTADO RAJAO - PSDB	M	
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB		X
DEPUTADO VALTER EDUARDO - PL	X	
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	X	
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	X	
TOTAL	20	04

RESULTADO	VOTOS "SIM"	0
DA	VOTOS "NAO"	20
VOTAÇÃO	ABSTENÇÕES	
	AUSENTES	04



SECRETÁRIO
JC



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos contrários. Houve 4 ausências.

Total de votantes: 20.

O veto foi rejeitado.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar todos os feirantes de Sobradinho pela brilhante vitória e de dizer que eu fui o autor da Lei de Anistia dos Débitos dos Feirantes do Distrito Federal.

Parabéns a todos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Paulo Tadeu e os feirantes de Sobradinho. Esta Casa mais uma vez demonstra compromisso com os trabalhadores.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAJÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 18	13

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Tem a palavra
V.Exa.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os Deputados Paulo Tadeu, Anilcéia Machado e João Carlos. Hoje esta Casa demonstrou o que é uma democracia: é discutir os direitos do povo, independente se são da Situação ou da Oposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO DE DEUS) - Mais uma vez, agradeço à população de Sobradinho que aqui esteve.

A sessão está suspensa.

(Suspensa às 17h47min, a sessão é reaberta às 18h20min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Está reaberta a sessão extraordinária.

Convido o Deputado Wasny de Roure a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a Mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº_____, de / / juntamente
com a ata sucinta da_____sessão extraordinária.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	(1) 14

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Solicito aos nobres Parlamentares que se encontram na Casa que, por favor, venham para o plenário a fim de iniciarmos o processo de votação.

Comunico aos servidores da Casa que, de acordo com o entendimento que houve entre os Líderes, os projetos serão votados em bloco.

Sobre a Mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº_____, de / / juntamente com a ata sucinta da_____sessão extraordinária.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA- DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 20	15

DEPUTADO RAJÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra
V.Exa.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores, imprensa presente, apresentamos a seguinte moção: "Manifesta voto de protesto ao Presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, pela não-convocação do atacante Romário, do Vasco da Gama, e manutenção do Sr. Luís Felipe Scolari como treinador da seleção brasileira."

"Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com base no art. 144, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sugiro que esta Casa proteste ao Presidente da Confederação Brasileira de Futebol pela não-convocação do atacante Romário e a manutenção do Sr. Luís Felipe Scolari como treinador da seleção brasileira de futebol.

O futebol é a paixão nacional e representa uma das poucas alegrias do povo brasileiro. Através deste esporte, muitas crianças têm a oportunidade de praticar esporte, de ter uma ocupação e lutar por uma vida melhor. O fracasso da nossa seleção poderá acarretar prejuízos econômicos ao País. O atacante Romário é um exemplo de alguém que venceu na vida graças ao futebol. Muitos são os brasileiros que se espelham nele para tentar uma melhor sorte. A sua convocação é questão de inteligência, pois, atualmente, mesmo com problemas físicos e relevantes, é o melhor atacante do mundo. Se for chamado, a culpa será da opinião pública; se vitorioso, o treinador será ovacionado por tê-lo convocado. Não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	16

26

podemos aceitar que o Sr. Luís Felipe Scolari continue como treinador da seleção, pois não tem humildade para ouvir a voz do povo. Ao contrário, toma decisões inversas.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nossos pares para a aprovação da presente moção."

Isso será passado por *e-mail* a toda a nação vascaína e a todos que torcem por outros clubes, pois queremos a convocação do Romário.

Não queremos que o técnico Luís Felipe Scolari, por uma perseguição, deixe de atender a vontade do povo brasileiro.

É esta a nossa moção.

Obrigado.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Líder do Governo e os demais Parlamentares estão empenhados na discussão do projeto referente aos profissionais da área da Saúde, que se encontram na galeria.

Eu gostaria de, neste momento, solicitar a V.Exa. uma atenção maior do que a que V.Exa. já está dando ao projeto de interesse destes trabalhadores, pois eles merecem sair daqui com o projeto aprovado e as suas reivindicações atendidas.

Queremos colocar a discussão do projeto dos profissionais da área da Saúde como ponto prioritário, hoje, nesta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA L Z	17

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de dizer aos companheiros da área da Saúde que hoje fizemos um trabalho exaustivo junto ao Deputado Gim Argello, comandado pela Deputada Maninha, Deputada da área da Saúde.

Solicitamos ao Sr. Presidente que agilize a votação deste projeto, pois queremos que estes servidores saiam desta Casa com uma decisão. Estamos todos empenhados, aguardando a votação da matéria.

Portanto, queremos que V.Exa. convoque a bancada do Governo para que haja quorum, com folga, para esta votação e para que fique bem claro ao Governo que foi uma votação articulada, acertada e agendada com todos os Parlamentares desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Não há mais oradores inscritos.

Faremos a leitura da Ordem do Dia da sessão extraordinária de hoje, dia 26 de março, terça-feira, para que os Srs. Parlamentares tomem conhecimento da pauta.

(Leitura da pauta.)

DEPUTADO ILTON MENDES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	18

23

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO ILTON MENDES (PL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua, na ordem do dia de hoje, o Projeto de Decreto Legislativo n- 769, que visa à concessão de um título de Cidadão Honorário de Brasília ao ex-Governador José Aparecido.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e inclui, nesta pauta, o projeto, de autoria do Deputado Ilton Mendes, que se destina à concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Aparecido de Oliveira. A pedido do Deputado João Carlos, do Partido Progressista Brasileiro, inclui também o projeto que visa conceder título de Cidadã Honorária de Brasília a Sra. Luzeli de Freitas Fonseca.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de protestar e de chamar a atenção da imprensa para esse tratamento pouco igualitário que V.Exa. está concedendo a si mesmo e ao Deputado Líder do Partido dos Trabalhadores, ou seja: votaremos aqui nove projetos de autoria de V.Exa., sete de autoria do Líder do Partido dos Trabalhadores e dois de cada um dos outros Parlamentares. , , ,

Inclusive, o Deputado Wasny de Roure e a Deputada Lúcia Carvalho estão dizendo só foi incluído um projeto de cada um deles. Então,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	19

esse tratamento pouco igualitário que V.Exa. tem dado a si mesmo e ao Deputado Chico Floresta é um absurdo e, se V.Exa. continuar desse jeito, V.Exa. não vai longe porque eu não vou deixar.

Ou seja, irei sempre protestar porque não posso concordar com V.Exa. já que o voto de V.Exa. tem o mesmo peso que o meu voto, O do Deputado Chico Floresta é contrário, mas é o dele também tem o mesmo peso, no entanto, S. Exa. teve sete projetos incluídos e eu não tive nenhum. O Deputado Gim Argelio teve nove. Nós não vamos aceitar isso. como “cordeirinhos”, de jeito nenhum.

Fica aqui registrado o meu protestado!

DEPUTADO ALÍRIO NETO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, talvez por eu ter, coincidentemente, frequentado a mesma escola pública que o Deputado João de Deus, ao contar as propostas, identifiquei que V.Exa. realmente tem nove propostas inclusas na pauta e, que, coincidentemente, o Deputado Chico Floresta realmente tem sete, enquanto que eu tenho dois e o Deputado Rodrigo Rollemberg, assim como o restante dos Parlamentares, não tem nenhum projeto incluso em pauta.

Quero dizer a V.Exa. que me somo aos Parlamentares que estão protestando e, se estes entrarem em acordo e decidirem retirar o quorum, pretendo juntar-me a eles para nos retiraremos do plenário. Acredito que, por mais que tenhamos respeito por V. Exa. e que reconheçamos a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 25	20

legitimidade da sua Presidência, eleito que foi por nós, evidentemente, é preciso ponderar que V.Exa. é um Parlamentar como todos nós e como o Deputado Chico Floresta também.

Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. reavaliasse essa questão e colocasse em pauta a mesma quantidade de projeto para todos os Deputados ou permita-nos apresentar nove propostas para a pauta de hoje, assim como fez V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputado Alírio Neto, considero que não estou errado em apresentar nove projetos. A pauta encontra-se em aberto e V.Exa. pode apresentar seus projetos.

DEPUTADO ALÍRIO NETO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tendo em vista a pauta estar em aberto, solicito a V.Exa, 5 minutos para que a minha assessoria busque em meu Gabinete os outros sete projetos para serem incluídos na Ordem do Dia desta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A presidência vai suspender os trabalhos durante 2 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h52min, a sessão é reaberta às 18h54min.)

DEPUTADO RAJÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	21

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a assessoria combinou que seriam dois projetos para cada Deputado, mas, V.Exa. está ganhando de goleada. Há também um Deputado do PT que está com seis projetos.

Portanto, Sr. Presidente, solicito que V.Exa reveja essa situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputado Rajão, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e concede que cada Deputado apresente três projetos extrapauta para serem incluídos na Ordem do Dia desta sessão.

DEPUTADO JOÃO CARLOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARLOS (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos uma sessão solene de outorga do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Desembargador Paulo Guilherme Vaz de Mello.

Portanto, solicito a V.Exa. que inicie imediatamente a votação do projeto dos médicos e dentista e encerre esta sessão para que possamos dar início a esta sessão solene.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 27	22

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, corroboro com as palavras do Deputado João Carlos e solicito, também, a inclusão do Item nº 29 na pauta da Ordem do Dia de hoje, para que a comunidade evangélica de Taguatinga possa acompanhar a votação desse projeto de seu interesse.

Solicito a V.Exa. a votação com urgência deste projeto.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos respeito aos Deputados suplentes desta Casa. Acredito que todos os Deputados têm de ter tratamento isonômico. Mas, segundo informações de nossas assessorias, há Deputados suplentes que já aprovaram mais projetos nesses dois meses do que um Deputado titular que está há mais de três anos e meio nesta Casa.

Portanto, sugiro um certo cuidado para não privilegiarmos determinados Deputados em detrimento do conjunto de Deputados que aqui estão.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Item nº24:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.854, de 2002, de autoria do Poder Executivo Local, que 'altera o vencimento básico das Carreiras que menciona e dá outras providências'.

Relatores: - CEOF
- CAS



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 28	23

- CCJ"

Solicito que o Deputado César Lacerda indique relator para a matéria.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Relator, Deputado César Lacerda.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.854, de 2002, de autoria do Poder Executivo Local, que "altera o vencimento básico das Carreiras que menciona e dá outras providências".

Acatamos a Emenda nº 1. Rejeitamos as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Aprovamos o referido projeto e acatamos apenas a Emenda nº 1. É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, representantes da área de Saúde que compõe a galeria, eu gostaria de comentar as emendas apresentadas. O projeto encaminhado a esta Casa é incompleto. Faz a concessão de apenas 10% a uma categoria, provocando um reajuste salarial que alcança apenas o piso salarial. É o que entendemos sobre os planos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA <i>nº 9</i>	24

carreiras e reajustes concedidos no Distrito Federal. Esse percentual de 10% é insuficiente.

Também se excluíram dos 10% as demais categorias. O Deputado César Lacerda aprovou a Emenda nº 1, que trata da inclusão de todas as categorias ao aumento de 10%. Essa emenda foi apresentada e assinada pela bancada do Partido dos Trabalhadores e também por Deputados de outras bancadas. O Deputado Alírio Neto é um dos signatários. Creio que outros Deputados também a assinaram.

Também ao se conceder à categoria médica apenas o reajuste do piso salarial, estaremos provocando uma grande desorganização na tabela da categoria médica. Está se aumentando o piso salarial e alguns níveis até se chegar ao piso, mas os demais profissionais médicos não receberão nada além dos 10%. Isso é injusto. Sou médica da Fundação Hospitalar e estou no final da carreira. Assim como eu, vários médicos de final de carreira, receberão apenas 10% de reajuste. Portanto as emendas apresentadas pretende estender os 10% a todos os servidores da Saúde, nível superior e nível médio. Existem duas categorias com o mesmo piso salarial, que é a categoria dos dentistas e a dos médicos. As demais categorias de nível superior, nutricionistas, psicólogos e demais, também deverão, por meio de uma emenda apresentada, receber o mesmo piso salarial. Além disso, os médicos e as demais categorias devem ter a repercussão do aumento desse piso em toda a tabela, que hoje é a tabela da área de Saúde.

O que quero dizer, Sr. Presidente, é que lamento profundamente que as emendas apresentadas não tenham sido aprovadas, até porque



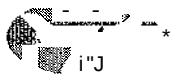
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 3º	25

V.Exa. assinou as emendas. Esperávamos que com a sua assinatura pudéssemos ter uma solução para todos os problemas apresentados pelos médicos, pelas demais categorias de nível superior e também pelas categorias de nível médio. Infelizmente, aconteceu tal qual aconteceu com os professores e os auxiliares de educação. O que estou prevendo é que será aprovado aqui somente o que o projeto do Governo determinou: 10% para todos e o reajuste do piso salarial da categoria médica. Infelizmente, estamos aqui tentando fazer um acordo, resolver essas questões e não conseguimos até agora. É lamentável. Solicito a V.Exa. que entre, mais uma vez, em contato com o Governador para que possamos aprovar as emendas que foram apresentadas, as quais são assinadas não apenas pela bancada do Partido dos Trabalhadores mas também por outros Deputados que consideram essas emendas legítimas e justas, pois corrigem o projeto para que todos os servidores da Saúde tenham reajuste e saiam daqui satisfeitos.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trabalhadores da saúde, creio que todos os trabalhadores do serviço público anseiam por uma melhoria salarial consolidada no seu plano de carreira. O que cabe aqui identificar é a falta de diálogo deste Governo com as entidades representativas dos trabalhadores no intuito de se encontrar aquilo que seja acertado e negociado. Deputada Maninha, o grande erro desse projeto de lei não foi apenas no texto, mas na forma política do encaminhamento, que não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 31	26

considera as categorias por meio de suas representações sindicais, seja da saúde, dos médicos ou dos odontólogos, enfim, das mais diferentes categorias que compõem a carreira da saúde pública no Distrito Federal.

A questão do percentual é que além de não contemplar aquilo que hoje os planos de carreira acumulam como distorção, ele privilegia um segmento e desconsidera outros com relação ao teto mínimo. Ele desconsidera, sobretudo, a necessidade de uma ampla revisão dos planos de carreira, que é a grande reivindicação dos trabalhadores. Portanto, nesse sentido, acredito que como prerrogativa desse processo, o Secretário da Saúde, a exemplo dos outros secretários, deveria estar aqui para discutir, negociar, e não utilizar simplesmente o telefone, mas encarar os Parlamentares e as pressões naturais e legítimas que acontecem. Portanto, eu lamento esta forma atabalhoada e desrespeitosa, sem levar em conta o respeito às entidades, e o prejuízo político que este projeto representa na forma como foi encaminhado, sem a devida transparência e o devido respeito às categorias e a seus planos de carreira. Os trabalhadores são quase que obrigados a receber esta migalha, mas eles querem deixar aqui o seu repúdio pela forma como têm sido tratados por este Governo no encaminhamento e nas negociações.

Obrigado.

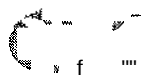
PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra o Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTASTAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26/03/02A	17h15mín	EXTRAORDINARIA		32 27

presentes, por experiência própria, creio que é muito bom para o servidor público conseguir qualquer vantagem, qualquer aumento, qualquer reajuste, mas o que percebemos é que o mecanismo que o Governo do Distrito Federal tem usado para equilibrar as perdas dos últimos sete anos não satisfaz a ninguém. A verdade é que as categorias que seriam as principais beneficiadas com este aumento, sem falar das categorias que conseqüentemente seriam beneficiadas e estão sendo esquecidas, não ~~comparecem~~ para dar o apoio necessário. Na verdade, o processo não está sendo discutido como tinha de ser. Temos de ser muito claros com relação a isso. No que se refere à saúde pública, o tratamento não é dado única e exclusivamente pelo médico. Por isso, acho justo o aumento concedido aos médicos - e até inferior ao que eles merecem - mas existem outras categorias dentro do sistema de saúde que precisam ser contempladas também. Categorias essas que muitas vezes trabalham na prevenção, como é o caso dos auxiliares na área de sanitarismo. Essa é uma realidade que nós, neste momento, não estamos discutindo. Estamos hoje tratando de um aumento para uma categoria e em vez de termos aqui pessoas comemorando, temos pessoas transtornadas por não terem tido a oportunidade de ser ouvidas, de colocar os seus anseios, as suas dificuldades. Quero deixar claro para vocês que esta Casa tem tido dificuldade para discutir as questões não por nossa culpa, mas pelo contrário, porque tem se passado um rolo compressor. Tenho certeza de que os próprios médicos não estão contentes com o que está acontecendo aqui. Acho que tem de haver uma discussão mais ampla. Há pouco tempo, no final do ano passado, aprovamos nesta Casa, sob muita discussão, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 3	28

criação de mil e quinhentos cargos comissionados para médicos, que seriam contratados por livre provimento. Tenho certeza de que aquela categoria não ficou satisfeita com o que foi aprovado. Aprovamos, recentemente, um aumento para os fiscais de postura, que não saíram desta Casa satisfeitos. Recentemente, aprovamos um projeto para o pessoal do carreirão e os agentes de trânsito vieram a esta Casa para pedir que fossem excluídos porque não acreditavam e não queriam comungar com a forma de discussão daquele projeto.

Então, quero dizer com muita firmeza que sempre vou votar a favor de qualquer aumento em benefício dos servidores públicos, principalmente na área de Saúde, mas quero ter o direito de discutir sobre como podemos melhorar a saúde pública, porque essa é uma função básica do Estado. Tenho certeza de que a saúde pública não depende somente do médico e, por isso, as outras carreiras têm de ser somadas a esta luta.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Lúcia Carvalho.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na semana passada estiveram aqui os trabalhadores da Educação. Igualmente houve ausência de diálogo e os Parlamentares que apoiam o Governo, em maioria nesta Casa infelizmente, derrotaram a nossa posição de continuar negociando. Os professores recebem um piso irrisório e também gostariam de ver o seu piso de R\$ 200,00 (duzentos reais) ser dobrado para R\$ 400,00 (quatrocentos reais)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 34	29

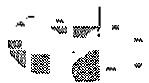
e anseiam por reformas no plano de carreira. Não conseguimos convencer os Deputados.

Hoje assisto novamente a esse filme em que o Governo segrega uma categoria e coloca as demais em uma posição de inferioridade. Essa é a realidade.

Vejamos, o Sindisaúde nos procurou hoje e está aqui com a sua Diretoria, os companheiros Garbi, Inácia, Karla e outros, mostrando quantas categorias de nível superior ficariam de fora desse piso salarial, diferente dos médicos: nutricionistas, fisioterapeutas, administradores hospitalares, odontólogos, enfermeiros de nível superior, farmacêuticos, assistentes sociais. Também as demais categorias de nível médio e básico ficariam sem qualquer tipo de mudança no seu piso salarial. Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores apresentamos emendas para todas essas categorias para que haja isonomia pelo menos dentro da área de Saúde. O que estou percebendo é que apenas está existindo uma sensibilidade para os chamados cirurgiões dentistas que têm, eu diria, o mesmo trabalho que os médicos.

O que sinto da bancada governista aqui presente é que talvez consigamos apenas estender essa vantagem conseguida pelos médicos para os dentistas. De qualquer maneira, a nossa bancada e outros Parlamentares votarão para que o piso de todas as categorias possam ter isonomia de tratamento dentro da Saúde.

Se não conseguirmos, façam o favor de colocar nas bases que a única coisa que pedimos é que haja diálogo nas negociações, que haja bom senso, pois o que está sendo feito aqui é uma indignidade e injustiça com as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	30

categorias. Vamos continuar repetindo isso e vamos ter que, um dia, mudar esse Governo para que ele não minta dizendo que vai conceder vinte e oito por cento, não dê a metade nem para todas as categorias, dividindo-as.

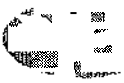
Portanto, o nosso apoio, as nossas emendas e a nossa aprovação ao pedido dessa brava categoria da área de Saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Deputados e, em especial, os profissionais da área de Saúde que se encontram na galeria. Gostaria de dizer a V.Exa., Deputado Gim Argello, que assinou as emendas dos referidos projetos que garantem a isonomia entre todas as categorias da área de Saúde, que realmente não dá para entender o fato de o Sr. Jofran Frejat, hoje Secretário de Saúde, médico, futuro candidato ao Senado pela coligação governista, mandar a esta Casa um projeto no qual boa parte das categorias profissionais estão sendo excluídas. Na nossa avaliação, esse projeto poderia beneficiar a todos e não somente alguns. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que nem os médicos da Fundação Hospitalar concordam com tal exclusão. Não há explicação para a exclusão de psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, dentistas, enfermeiros e demais categorias de um projeto por meio do qual todos estão lutando por melhorias salariais.

Acredito eu que a Câmara Legislativa deveria prestar uma homenagem a esses profissionais pelos serviços que prestam à população,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 36	31

muitas vezes sem condições nenhuma, pois os recursos para a área de Saúde são escassos e as condições de trabalho para esses profissionais são as piores possíveis. Nós sabemos que esses profissionais, na maioria das vezes, fazem milagres para tentar garantir à população do Distrito Federal um atendimento adequado. Portanto, é um absurdo que nós Parlamentares possamos compactuar com a exclusão de várias categorias que também prestam um serviço de relevância para esta população.

Quero dizer a todos vocês que sou radicalmente contra a reprovação das emendas que garantem a isonomia entre todas as categorias profissionais da área de Saúde. Acredito que os Parlamentares deveriam, neste momento, como fez o nobre Presidente desta Casa, Deputado Gim Argello, reprovarem o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, garantindo a aprovação e dando isonomia a todos vocês, afinal todos os trabalhadores da área de Saúde merecem tratamento igualitário.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar o meu protesto contra a forma como está sendo encaminhada esta votação, excluindo do benefício de aumento do piso salarial diversas outras categorias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	32

SV

Pergunto aos Deputados da bancada do Governo, reconhecendo o trabalho desenvolvido pelos médicos, qual a diferença entre a importância do trabalho dos médicos e de outros profissionais de nível superior da Saúde?

Não há cabimento algum nessa decisão de beneficiar apenas a categoria dos médicos em detrimento das outras. Queremos que este piso seja estendido a todas as categorias porque senão esta Casa, no momento em que poderia estar criando um benefício, estará, na verdade, cometendo uma injustiça contra aqueles profissionais que ficarem excluídos desse benefício.

Portanto, faço um apelo - ainda há tempo - para que seja aprovada a emenda de autoria de vários Deputados que corrige essa distorção e faz justiça com todos os profissionais da Saúde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

Convido o Deputado Valter Eduardo para emitir parecer pela Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 38	33

Antes, porém, solicito ao serviço de som que verifique se há som na galeria pois as pessoas estão reclamando de que o som não está funcionando lá.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que a votação em 1º e 2- turno fosse nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Deputado José Edmar que emita parecer pela CAS.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, a Comissão de Assuntos Sociais julga favorável o parecer ao Projeto de Lei nº 2.854, de 2002, que "altera o vencimento básico das carreiras que menciona e dá outras providências", na forma apresentada pelo parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Portanto, somos de parecer favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	34

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares. Houve 6 votos contrários.

DEPUTADO ALÍRIO NETO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr, Presidente, eu gostaria de anunciar a presença do Conselheiro do Tribunal de Contas, Dr. Paulo César Ávida, que hoje visita esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Conselheiro Paulo César Ávila, membro do Poder Legislativo, seja bem-vindo à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Solicito ao Deputado Rajão que emita parecer pela CCJ.

DEPUTADO RAJÃO (PMDB. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei n- 2.854, de 2002, que "altera o vencimento básico das carreiras que menciona e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça não verificamos nenhum óbice ao referido projeto. Acatamos a Emenda nº 1, aprovada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 40	35

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares. Houve 6 votos contrários.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

41

() SESSÃO ORDINÁRIA (X) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Data: 76/103/2002
VOTAÇÃO EM (X) 1º TURNO () 2º TURNO () TURNO ÚNICO
() PARECER ORAL (VERSO) () APROPRIADA REDAÇÃO FINAL / /2002
LJCCJ () CEOF () CAS CJCDHCEDP CJCAF CJCDC () CES () CS () CDESCTMA () M. DIR.
() PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
() PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

(X) PROJETO DE LEI Nº(S) 2854/02

() PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

() PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

() OUTROS _____

Autor: Deputado(a): _____

(X) Executivo

Relator: Deputado(a): _____

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	OV
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS	X		X		
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	X				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT			X		
DEPUTADO ILTON MENDES-PL	X				
DEPUTADO JOÃO CARLOS - PPB	X				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PPB	X				
DEPUTADO JORGE CAUHY - PFL				X	
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ LOPES - PST	X	S			
DEPUTADO JOSÉ SANTOS - PFL	X				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSD				X	
DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE-PMDB	X				
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT			X		
DEPUTADA MANINHA - PT			X		
DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - PMDB				X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT			X		
DEPUTADO RAJÃO - PSDB	X				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB			X		
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB				X	
DEPUTADO VALTER EDUARDO - PL	X				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT			X		
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	X				
TOTAL	13		7	H	

ASSP

SECRETÁRIO

ASSP

Nº

Fls.º



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis e 7 abstenções. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

O projeto segue a tramitação regimental.

Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho para declaração de voto.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, categorias aqui presentes, infelizmente, só temos a dizer que nenhuma emenda apresentada ao projeto foi aceita. Ele está sendo aprovado da maneira que o Governo o encaminhou. Portanto, todos vocês vão sair daqui insatisfeitos, porque os médicos se desunem e as demais categorias não foram atendidas.

Não posso votar "sim" a esse projeto, porque ele desagrega, não faz justiça e não cumpre o que o Governo prometeu a todos os servidores públicos. Também não posso votar "não" a algo que é uma "migalha", mas que, de alguma maneira, atende a categoria. Infelizmente, a nossa posição é de repúdio, por isso me abstenho.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra a Deputada Maninha para declaração de voto.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a todos que estão aqui presentes que lamentavelmente, mais uma vez, estamos vendo o trato que o Governo vem dando aos servidores públicos do Distrito Federal. Na

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA É APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	43 37

semana passada, aconteceu a mesma coisa com os professores e servidores da educação, e a nossa bancada se absteve diante da migalha que estava sendo apresentada. E hoje o que presenciamos? Mais uma vez, o Governo tenta desunir aquilo que sabemos que está unido. As categorias estão unidas! Mas o Governo vem aqui, não aceita as emendas, inclusive emendas assinadas pelo próprio Presidente da Casa, e temos um projeto que não deixa ninguém satisfeito.

Creio que só há uma saída. A partir de agora, temos de passar a lutar para que o plano de carreira de todas as categorias seja encaminhado a esta Casa antes que se expire o prazo legal.

Quero dizer aos companheiros e companheiras que estão aqui que vamos lutar para que o plano de carreira de cada uma das categorias venha para esta Casa e para que consigamos corrigir no plano de carreira a distorção maior que foi implantada aqui agora. Dentistas, nutricionistas, assistentes sociais, médicos, psicólogos, pessoal de nível médio, tenho certeza de que vocês saem daqui insatisfeitos com esse projeto que não resolve a questão salarial de absolutamente ninguém.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, infelizmente eu queria lamentar a postura do Governo com relação a esse tema tão importante, que trata de uma categoria fundamental para a existência do Distrito Federal.

Quero dizer que os Deputados Wasny de Roure, Maninha, Lúcia Carvalho, Alírio Neto, Chico Floresta, Rodrigo Rollemberg e eu acabamos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	44 38

optar pela abstenção, exatamente por reconhecermos que esse projeto é discriminatório, excludente e jamais poderíamos compactuar com esse tipo de postura.

Sr. Presidente, aproveito o momento para elogiar a Deputada Maninha, que, durante toda a discussão desse tema, capitaneou a bancada do Partido dos Trabalhadores. Parabenizo também os Deputados de Oposição por termos trabalhado em emendas que garantiriam a vocês equilíbrio e igualdade. Infelizmente, Deputada Maninha, a sua categoria, pela qual V.Exa. luta muito, não foi nesse momento vitoriosa, mas temos certeza de que com o passar dos dias iremos resgatar aquilo que essa categoria merece, que é o respeito. Infelizmente essa categoria está sendo tratada pelo Governador Roriz com total desrespeito.

Parabéns à Deputada Maninha e a toda a categoria porque a luta, literalmente, continua!

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Deputado Chico Floresta para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Companheiros da saúde, creio que todos aqui foram testemunhas do esforço que a nossa bancada fez para que esse projeto fosse o mais amplo possível e para que não privilegiasse apenas algumas categorias em detrimento de tantas outras que fazem a saúde funcionar. Temos em nossa bancada a Deputada Maninha, que foi Secretária de Saúde, que entende completamente todo o problema da área de saúde, e a posição da nossa bancada pela abstenção é um alerta de que este projeto trará muitas insatisfações. Inclusive, do ponto de vista



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 45	39

administrativo, trará muitos problemas no que diz respeito às tabelas e às correções. Então, haverá insatisfação entre trabalhadores que estarão ali convivendo, uns privilegiados, outros maltratados.

Durante a campanha eleitoral, o Sr. Governador tinha prometido 28% de aumento para todos os trabalhadores, de quaisquer níveis, de todo o Distrito Federal, e não a cumpriu.

Este projeto é discriminatório.

... Não podemos esquecer, no entanto, que, na negociação com o Presidente desta Casa, Deputado Gim Argello, estendemos a gratificação para as categorias de nível médio. É por isso que não saímos do plenário, como fizemos durante a votação do projeto dos servidores. Registramos aqui nosso voto de abstenção porque cremos que isso será desorganizado, do ponto de vista do trabalhador, no setor de Saúde, o que é uma lástima, pois temos visto uma piora radical no atendimento da população por parte deste setor.

Trabalhadores que se encontram presentes, valeu a batalha! Podem ter certeza de que voltaremos com muita força para dar saúde à população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Deputado Rajão para declaração de voto.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores presentes, pertenço ao PSDB, partido que muitas vezes é acusado de ficar em cima do muro.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 46	40

Acredito que a Oposição, com a abstenção, ficou em cima do muro. Vou explicar o por quê.

Apresentei uma emenda, nós a discutimos com pessoas do Governo que favoreceram as categorias que não estavam ganhando as migalhas, como, por exemplo, os nutricionistas e outros.

Muitos estão se retirando daqui, mas saibam que o Governo Federal deu 3% de aumento para todos os servidores públicos e cabe a ele repassar os recursos ao Distrito Federal.

No Governo do Partido dos Trabalhadores, quando a Deputada Maninha era Secretária de Saúde, os médicos ganhavam uma ninharia. Uma Deputada aqui presente já foi representante da Educação e, na época, os professores também ganhavam uma ninharia.

O Governador da Oposição, Cristovam Buarque, não tinha máquina para fabricar dinheiro e dar aumento para ninguém. Se o Governo Federal não repassar a verba para o Governo do Distrito Federal, como é que o Sr. Governador dará um aumento maior? Se o Governo Federal deu 3% de aumento para o servidor público, que é o senhor de todas as mazelas do País, como é que o Governo local, com o que arrecada, poderá dar 200, 300 ou 500% de aumento?

Conseguimos o mínimo por intermédio de uma emenda, o que representará um gasto grande para o Governo.

Não nos abstivemos de votar. Tivemos, sim, coragem de votar favoravelmente à matéria.

Esse é o meu pronunciamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 47	41

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trabalhadores da Saúde, líderes evangélicos, quando o Governador Roriz prometeu aumento de 28% ele tentou oferecer uma "Brastemp" aos trabalhadores e, com esse projeto de lei, a oferta é de um "pirulito". Pior, de um "pirulito" que cria discriminações entre os trabalhadores.

Não podemos trabalhar com discriminação e reforçar o estágio em que se encontram as já extremamente diferenciadas categorias. A revolta não se refere apenas ao percentual, mas ao método do diálogo e da conversa no encaminhamento do assunto.

O Secretário Frejat é Deputado e, como tal, tem a responsabilidade com a Saúde e não apenas com os médicos, que representam apenas um dos segmentos insatisfeitos com a proposta apresentada. Há um conjunto de servidores de níveis superior e médio que foram discriminados. Não se discute o valor do aumento e, sim, a discriminação no tratamento dado ao assunto pelo projeto de lei, um tratamento desrespeitoso e discriminador. Não podemos conviver com uma política que discrimina. Por esse motivo, votamos pela abstenção, pois entendemos que o referido projeto poderia ser avançado. Tanto poderia que o próprio Presidente da Câmara apresentou uma emenda criando a gratificação da vigilância sanitária, uma categoria importante e relevante, mas que é negligenciada. É preciso colocar esses fatos em debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	42

Não é dessa forma, com truculência e sem discussão com aqueles que estão sendo afetados - são várias as categorias que estão incluídas na discussão. Essa é a temática.

Se o presente é tão bom, cabe ao Secretário estar aqui para dizer isso. Porque ele não vem? Porque ele não vem discutir o assunto? É porque se sente constrangido por saber que a proposta é relevante para a sociedade e, em particular, para aqueles que fazem a Saúde acontecer nessa cidade.

Não é blefando e nem gritando que se resolverá o problema do trabalhador.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg para declaração de voto.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar registrado o motivo de minha abstenção da votação deste projeto. Considero que este projeto está criando uma discriminação entre os médicos e os demais servidores de nível superior da área da Saúde como: os dentistas, os nutricionistas, os psicólogos, os assistentes sociais, enfim, todos os servidores de nível superior.

Por esse motivo, registro o meu voto de abstenção.

Quero dizer que, como candidato a Governador do Distrito Federal, tenho plena consciência das dificuldades e do impacto que tem a folha de pagamento dos servidores das áreas de Saúde, Educação e Segurança, mas isso tem de ser considerado uma prioridade para todo o governo, porque é nesses três segmentos que se sente o impacto mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	43

positivo da ação de um governo. Também é nesses três segmentos que a população sente, de forma mais dramática, se os serviços públicos oferecidos não forem de boa qualidade.

Acredito que o Governo não apenas tenha de buscar, cada vez mais, garantir maiores recursos da área federal para esses três segmentos, como também tem de aportar parte de seu orçamento para melhorar as condições de trabalho dos servidores da área de Educação, Saúde e Segurança.

Até porque, Sr. Presidente, estamos nos referindo à Capital do País. É aqui que as autoridades, os embaixadores e servidores públicos de Brasília e de todo o Brasil buscam serviços médicos, atendimento em educação e serviços de segurança. É por isso que faço esse registro.

Eu gostaria de estar votando a favor do aumento dos servidores, mas não para concedê-lo a apenas para um grupo de servidores e, sim, para todos os servidores, de forma igualitária.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAJÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero saber qual o comportamento da bancada de Oposição. O Governo Federal deu apenas 3% de aumento para os funcionários públicos enquanto o Governador está dando 10% para categorias que sequer estavam incluídas no projeto original. Eu quero saber qual será o comportamento de V, Exas..



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA	44

Quero saber também se a CUT, se o *Movimento Sem-Terra*, vão ajudar a eleger o Presidente deles, o Lula. Acho que o Deputado Rodrigo Rollemberg vai fazer um monte de "Projetos Orla" durante o Governo dele e dará um aumento de 300%. Eu acho que ele vai conseguir verba oriunda de recursos do exterior, lá dos Emirados Árabes. Não sei o que ele vai fazer, mas ele vai ser governador e portanto ele vai fazer essa mágica. Ele vai aumentar os salários, os Deputados não vão ganhar R\$ 3.000,00 (três mil reais), ganharão R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), como os de Minas Gerais.

DEPUTADA MANINHA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA MANINHA (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer a esse Plenário e, em especial, a um Deputado. Quando fomos governo, S.Exa. fez parte do nosso Governo. Ele comandava o Corpo de Bombeiros e foi escolhido, inclusive, pelo nosso Governo. Esse Deputado dizia que tinha orgulho de pertencer ao Governo Democrático e Popular.

Lamento, Deputado, se agora V.Exa. tem orgulho de pertencer ao Governo de Fernando Henrique Cardoso, pois nós continuamos lutando pelos trabalhadores, defendendo todos os movimentos. Nós pertencemos às nossas organizações e lamento, profundamente, que V.Exa. agora, mudando de lado, queira exatamente pisar naquilo com que compactuou. V.Exa. foi membro do Governo Cristovam Buarque e não teve uma crítica a esse Governo e agora, como Situação, como defensor do atual Governo, -



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 51	45

como costuma dizer o ditado popular,- o senhor está cuspiendo no prato em que comeu.

DEPUTADO RAJÃO - Sr. Presidente, em que pese o calor da discussão, eu gostaria de ter um minuto de direito de resposta às acusações feitas pela Deputada Maninha lá da tribuna, que foi de onde S. Exa. falou. É um direito meu.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Eu lhe concederei um minuto para V. Exa. exercer o direito de resposta.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu gostaria de que V.Exa., após o pronunciamento do Deputado Rajão, desse início ao processo de votação porque os nossos companheiros do povo já estão aqui há muito tempo e queremos ver essa situação resolvida.

O que não dá para ocorrer é se continuar concedendo direito a réplica, a tréplica... Senão, ficaremos discutindo até amanhã cedo.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Para direito de resposta. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não me importo de ficar aqui até às 7h da manhã. Estou com a escova e a pasta de dente dentro do bolso. Portanto, fico até às 7h da manhã. Para mim, é um prazer ficar na Casa do Povo. O Deputado ali é muito rico, é brigão. E eu não sou rico, mas sou brigão. Brigo com homem, com mulher, brigo com qualquer um.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26/03/02A	17h15min	EXTRAORDINÁRIA 52	46

Sr. Presidente, quero perguntar à Deputada Maninha se S.Exa. lembra quando eu fui a Cuba e trouxe dois médicos cubanos. Tenho a fita gravada. Isso aconteceu antes de S.Exa. lançar o programa Saúde em Casa. Deputada Maninha, V.Exa. sabe que o seu Governador me tirou do comando da instituição porque tinha medo da imprensa, diferentemente do Governador Roriz? Fui expulso quando eu realizava um trabalho maravilhoso. Soldado e sargento não elegem coronel. Fui eleito por meus próprios serviços. Eu, como bombeiro, não tinha partido político, como ainda não tenho. Sou um democrata. Se eu entrar para o partido comunista, o PPS, vou falar que comi orelha de criancinha à milanesa desde pequeno. Eu vou defender a minha categoria, que é a segurança pública, assim como V.Exa. defende a Saúde.

Deputada Maninha, V.Exa., como médica, ficaria muito bem como diretora do Hospital do Paranoá que foi inaugurado hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta.

(Levanta-se a sessão às 19h52min.)